



Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

São Paulo, 21 de março de 2019

A Administração

Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2018	2017
Circulante		164.786	136.236
Disponibilidades	4	2.338	1.282
Títulos e valores mobiliários	5	140.158	113.781
Carteira própria		140.158	113.781
Outros créditos		22.290	21.173
Diversos	6	22.290	21.173
Realizável a longo prazo		557.224	491.900
Títulos e valores mobiliários	5	509.051	435.659
Carteira própria		509.051	435.659
Outros créditos		48.173	56.241
Diversos	6	48.173	56.241
Total do ativo		722.010	628.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2018	2017
Circulante		180.487	151.282
Outras obrigações		180.487	151.282
Fiscais e previdenciárias	9	4.171	5.345
Diversas	8	176.316	145.937
Exigível a longo prazo		12.909	12.988
Outras obrigações		12.909	12.988
Fiscais e previdenciárias	9	10.072	8.813
Diversas	8	2.837	4.175
Patrimônio líquido		528.614	463.866
Capital social	11	474.654	474.654
De domiciliados no país		474.654	474.654
Reservas de Lucros		53.960	-
Prejuízos acumulados		-	(10.788)
Total do passivo		722.010	628.136

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil cotas)

	Nota	2º Semestre	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		34.580	66.205	60.304
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	34.580	66.205	60.304
Resultado bruto da intermediação financeira		34.580	66.205	60.304
Outras receitas (despesas) operacionais		11.491	31.310	31.318
Receitas de prestação de serviços	12	87.338	174.418	166.490
Outras despesas administrativas	13	(56.868)	(109.295)	(102.126)
Despesas tributárias	16	(14.261)	(27.020)	(22.786)
Outras receitas operacionais	14	3.898	8.838	9.034
Outras despesas operacionais	15	(8.616)	(15.631)	(19.294)
Resultado operacional		46.071	97.515	91.622
Resultado não operacional		(128)	(313)	604
Resultado antes da tributação sobre o lucro		45.943	97.202	92.226
Imposto de renda e contribuição social		(15.020)	(32.454)	(30.851)
Provisão para imposto de renda		(7.920)	(17.125)	(17.038)
Provisão para contribuição social		(3.205)	(6.520)	(6.452)
Ativo fiscal diferido		(3.895)	(8.809)	(7.361)
Lucro líquido dos semestres/exercícios		30.923	64.748	61.375
Lucro líquido por lote de mil cotas - 474.654.195 (474.654.195 em 2016)	11	65,15	136,41	129,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		10.211	28.981	37.858
Lucro ajustado		30.922	64.748	61.375
Lucro líquido		(20.711)	(35.767)	(23.517)
Ajustes ao lucro líquido		(828)	(1.367)	7.179
Provisões e obrigações legais	10b	(828)	(1.367)	7.179
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(323)	(649)	(1.243)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	3.895	8.809	7.361
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	11.125	23.645	23.490
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	(34.580)	(66.205)	(60.304)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		9.929	5.639	(15.031)
(Aumento)/Redução de outros créditos		20.986	19.924	13.912
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(2.025)	6.848	(9.969)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.032)	(21.133)	(18.974)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		20.140	34.620	22.827
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(18.611)	(33.564)	(22.368)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(18.611)	(33.564)	(22.368)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(18.611)	(33.564)	(22.368)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		1.529	1.056	459
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		809	1.282	823
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres		2.338	2.338	1.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Legal	Reservas de Lucro Legal	Outras	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	474.654	-	-	(72.163)	402.491
Lucro líquido do semestre	-	-	-	61.375	61.375
Saldo em 31 de dezembro de 2017	474.654	-	-	(10.788)	463.866
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.748	64.748
Reserva legal	-	2.698	-	(2.698)	-
Reserva de lucros	-	-	51.262	(51.262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	474.654	2.698	51.262	-	528.614
Saldo em 30 de junho de 2018	474.654	1.152	21.885	-	497.691
Lucro líquido do semestre	-	-	-	30.923	30.923
Reserva legal	-	1.546	-	(1.546)	-
Reserva de lucros a ser destinada em Assembleia geral ordinária (nota 11)	-	-	29.377	(29.377)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	474.654	2.698	51.262	-	528.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2018	2017
Circulante	1.240.405	1.280.048
Disponibilidades	11.073	5.120
Depósitos bancários	11.073	5.120
Aplicações financeiras (nota 5)	547.504	481.152
Outros créditos	681.828	793.776
Direitos com consorciados contemplados	681.828	793.776
Normais	667.393	778.598
Em atraso	14.435	15.178
Compensação	3.529.871	3.578.311
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	53.232	54.073
Contribuições devidas ao grupo	1.915.085	1.969.603
Valor dos bens a contemplar	1.561.554	1.554.635
Total do ativo	4.770.276	4.858.359
PASSIVO	2018	2017
Circulante	1.240.405	1.280.048
Obrigações diversas	1.240.405	1.280.048
Obrigações com consorciados	372.288	413.077
Valores a repassar	1.549	4.499
Obrigações por contemplações a entregar	353.627	328.089
Obrigações com a Administradora	239	261
Recursos a devolver a consorciados	438.485	438.892
Recursos dos grupos	74.217	95.230
Compensação	3.529.871	3.578.311
Recursos mensais a receber de consorciados	53.232	54.073
Obrigações do grupo por contribuição	1.915.085	1.969.603
Bens a contemplar - valor	1.561.554	1.554.635
Total do passivo	4.770.276	4.858.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades dos Grupos de Consórcios

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Disponibilidades no início dos exercícios	524.654	430.541
Depósitos bancários	3.600	2.249
Aplicações financeiras	521.054	428.292
(+) Recursos coletados	531.743	542.549
Contribuições para aquisição de bens	408.432	417.144
Taxa de administração	81.738	82.199
Contribuições ao fundo de reserva	11.883	13.598
Rendimento de aplicações financeiras	13.091	14.909
Multas e juros moratórios	3.529	3.626
Prêmios de seguro	6.220	6.621
Outros	6.850	4.452
(-) Recursos utilizados	497.821	486.817
Aquisição de bens	336.046	367.071
Taxa de administração	83.303	83.612
Multas e juros moratórios	1.759	1.808
Prêmios de seguro	6.414	6.819
Devolução a consorciados desligados	9.776	12.748
Outros	60.523	14.759
Disponibilidades no fim dos exercícios	558.577	486.272
Depósitos bancários	11.073	5.120
Aplicações financeiras (nota 5)	547.504	481.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

TRACKER

→ **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 18 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora
a) Resultado das operações
A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.
c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GMAC S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
d) Ativos circulante e realizável a longo prazo
O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.
e) Redução ao valor recuperável dos ativos
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
f) Passivos circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".
g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
• Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
h) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.
i) Partes relacionadas
A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio
a) Aplicações financeiras
Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.
b) Direitos dos consorciados contemplados
Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
c) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados
Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.
d) Contribuições devidas ao grupo
Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
e) Valor dos bens a contemplar
Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.
f) Obrigações com consorciados
Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.
g) Valores a repassar
Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.
h) Obrigações por contemplações a entregar
Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
i) Recursos a devolver a consorciados
Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.
j) Recursos do grupo
São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.
k) Informações complementares sobre os grupos em andamento
O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.
A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2018	2017
Quantidade de grupos administrados	411	421
Quantidade de consorciados ativos	134.304	122.743
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	234.774	227.480
Quantidade de bens entregues no exercício	8.122	16.923
Quantidade de bens pendentes de entrega	6.951	7.303
Taxa de inadimplência	16,12%	16,76%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades	2.338	1.282

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2018	2017	2018	2017
Certificados de Depósito Bancário - CDBs:				
Banco GMAC S.A. - CDB Pré-Fixado (a)	511.439	435.661	-	-
Cotas de fundos de investimento:				
Fundos de Investimentos DI (b)	137.770	113.779	-	-
BRAM Fundo de Investimento referenciado DI Federal II (c)	-	-	547.504	481.152
Total	649.209	549.440	547.504	481.152

a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até julho de 2020, sujeitos a atualizações financeiras prefixados, variáveis entre 6,35% (aplicação pactuada em Abril 2018) e 14,49% (aplicação pactuada em maio 2016). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$59.678 (R\$51.482 em 2017), conforme nota 17 d.
b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento. O resultado do Fundo de Investimento DI foi de R\$6.527 (R\$8.822 em 2017).
c) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$547.504 (R\$481.152 em 2017).
Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018				2017			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora:								
Certificados de Depósito Bancário	-	2.388	509.051	511.439	-	2	435.659	435.661
Fundos de Investimentos DI	137.770	-	-	137.770	113.779	-	-	113.779
Total	137.770	2.388	509.051	649.209	113.779	2	435.659	549.440

Grupos:
BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II

	2018		2017	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	547.504	547.504	481.152	481.152

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	-	1.251
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 7c)	56.515	65.147
Devedores por depósitos em garantia (nota 10b)	13.060	9.998
Outros (b)	888	1.018
Total	70.463	77.414
Ativo circulante	22.290	21.173
Realizável a longo prazo	48.173	56.241

a) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré-fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do exercício corrente.
b) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	97.202	97.202	92.226	92.226
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	(24.301)	(8.748)	(23.057)	(8.300)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes	-	-	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	(24.301)	(8.748)	(23.057)	(8.300)
Imposto corrente exercício anterior	(296)	(103)	(278)	(100)
Incentivo Projetos Culturais (i)	-	-	64	-
Adicional do imposto de renda	970	-	796	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	24	-	24	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(23.603)	(8.851)	(22.451)	(8.400)
(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram incentivos fiscais R\$970 (R\$796 em dezembro 2017), referente a doações em projetos culturais conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme artigo 18º), R\$ 108 a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 artigo 3º), R\$ 108 a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 Artigo 1º), R\$ 108 a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Artigo 1º), R\$ 108 a doações ao Pronon (Lei 12.715/12, conforme artigo 1º) e R\$100 a doações ao Pronas (Lei 12.715/12, conforme artigo 3º).	(32.454)	(30.851)		

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ e CSLL correntes devidos no exercício	(17.125)	(6.520)	(17.038)	(6.452)
Constituição/realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(7.765)	(2.794)	(7.681)	(2.765)
Provisões para riscos fiscais	478	172	1.351	486
Provisões para cíveis e trabalhistas	(285)	(103)	389	140
Provisões para comissões	1.326	476	702	253
Outras adições temporárias	(101)	(35)	(125)	(45)
Constituição/realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(131)	(47)	(49)	(17)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(23.603)	(8.851)	(22.451)	(8.400)
Total de imposto de renda e contribuição social	(32.454)	(30.851)		

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	30.105	10.888	37.870	13.682
Adições temporárias:				
Provisões para riscos fiscais (nota 10)	2.518	906	2.040	734
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	1.125	405	1.412	508
Provisões para comissões (nota 8)	7.771	2.797	6.445	2.320
Outros	-	-	100	36
Total do crédito tributário (nota 6)	56.515		65.147	

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil	Valor presente (*)
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa		
2019	8.081	5.232	2.909	1.881	18.103	17.005
2020	890	6.008	320	2.163	9.381	8.251
2021	322	5.915	116	2.129	8.482	6.903
2022	1.910	7.077	688	2.547	12.222	9.100
2023	211	5.872	76	2.168	8.327	5.649
Total	11.414	30.104	4.109	10.888	56.515	46.908

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 46.908 em 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestral que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

continua →



SERVIÇOS
FINANCEIROS



GMAC Administradora
de Consórcios Ltda.

GNPJ nº 49.937.055/0001-11

S10 HIGH COUNTRY

☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Cotistas e Administradores da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 23 de março de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-15P172167/O-6

